

CIP quer medir temperatura a trabalhadores contra “fundamentalismo” da CNPD



Carla Aguiar 29.04.2020

António Saraiva acusa a Comissão Nacional de Proteção de Dados de fundamentalismo ao levantar reservas à medição da temperatura aos trabalhadores.

O presidente da CIP defende a medição da temperatura dos trabalhadores no seu regresso à atividade, como medida de saúde pública, e acusa a Comissão Nacional de Proteção de Dados de fundamentalismo. “A Comissão não pode ser tão fundamentalista nos seus princípios nesta fase de exceção em que nos encontramos”, disse António Saraiva, referindo-se às reservas levantadas por aquela entidade.

O dirigente da Confederação Empresarial de Portugal exortou o Executivo a viabilizar uma solução. “O Governo tem de encontrar formas, neste estado de exceção, de permitir a medição da temperatura dos trabalhadores, não só para sua defesa, mas também para a saúde dos seus colegas, tanto numa micro-empresa como numa grande empresa”, disse.

O empresário falava hoje no Estado da Nação, o programa da TSF e Dinheiro Vivo em parceria com o Santander, em que participaram também o economista e professor do ISEG, João Duque, e o economista-chefe do Santander, Rui Constantino.

Seguindo a mesma linha de raciocínio – de que os novos tempos exigem posturas diferentes e mais flexíveis – João Duque também se mostrou favorável às aplicações que

permitem o rastreio anónimo das redes de contágio por Covid-19, como a que foi apresentada esta semana em Portugal por duas universidades. “Há que confiar nas características daqueles que produzem o software, mas há sempre a possibilidade de pedir a entidades independentes, nomeadamente a consultoras, que façam as validações das aplicações, de modo a garantir credibilidade à especificação técnica da aplicação. São entidades que têm por interesse genuíno a defesa da segurança das pessoas”, afirmou.

O professor do ISEG também apelou à Comissão Nacional de Proteção de dados para que reveja a sua postura: “Tem de haver algum bom senso da Comissão de Proteção de dados. São tempos excepcionais. Não se trata de derrogar a lei, mas de a aplicar com sensatez”, referiu. E lembrou, a propósito, que, há dois anos, quando regressava de um país africano, lhe foi medida a temperatura num aeroporto, por questões de saúde pública, sem que sentisse que a sua privacidade tivesse sido violada.

Sobre o regresso das empresas à atividade a partir de 2 de maio, data em que termina o Estado de Emergência, António Saraiva afirma não conhecer ainda a percentagem de empresas associadas da CIP, que estará em condições de o fazer.

“É muito difícil saber”. A CIP criou um questionário com o ISCTE que vai apresentar semanalmente ao país, a partir da próxima segunda-feira, que abrange um conjunto de indicadores a monitorizar, revelou Saraiva. E lembrou que há realidades diversas, até dentro do mesmo setor. “Na restauração, por exemplo, há uns que conseguem abrir, mas outros não conseguem”.

Na indústria “é a mesma coisa”. A Auto Europa reabriu com limitações, a Continental Mabor também. Ao mesmo tempo, “há empresas industriais que se readaptaram e estão gradualmente a absorver mais trabalhadores, à medida que vão saindo deste confinamento e vão recebendo encomendas ou redireccionaram a sua produção. Há bons exemplos e de reafetação da produção para o fabrico de máscaras, por exemplo, que estão em plena produção”, observou.

